

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRIMEIRO SEMESTRE DE 2026

FORTALEZA/CE, AGOSTO DE 2026.

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em Reais (R\$)

	Nota	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 31/12/2025
ATIVO		258.591.304,25	260.441.217,31
CIRCULANTE		193.152.413,18	197.577.559,75
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	88.829.011,04	127.904.773,28
Clientes	5	10.389.415,73	2.483.930,86
Clientes a Faturar	6	60.704.001,28	41.425.165,36
Créditos Tributários	7	32.731.967,34	25.437.107,04
Créditos com Funcionários	8	291.059,92	263.077,52
Almoxarifado	9	206.957,87	63.505,69
NÃO CIRCULANTE		65.438.891,07	62.863.657,56
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		2.572.684,91	2.558.871,08
Outros Créditos	10	18.533,50	18.533,50
Depósitos Judiciais	11	2.554.151,41	2.540.337,58
IMOBILIZADO	12	62.866.206,16	60.304.786,48
Bens em Operação		13.305.459,79	13.359.405,05
(-) Depreciação Acumulada		-10.839.793,27	-10.152.022,40
Bens Recebidos em Comodato	13	57.097.403,83	57.097.403,83
Bens em Direito de Uso	14	3.303.135,81	-
INTANGÍVEL	15	-	-
Programas de Computadores		-	-
(-) Amortização Acumulada		-	-
PASSIVO		258.591.304,25	260.441.217,31
CIRCULANTE		94.622.274,68	121.708.111,53
Fornecedores	16	12.508.914,29	4.656.586,05
Fornecedores a Faturar	17	69.292.665,34	104.231.007,37
Obrigações Tributárias	18	6.315.617,70	9.477.354,98
Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	19	2.358.636,37	3.064.370,86
Provisões Trabalhistas	20	2.587.161,41	202.269,25
Outras Obrigações		27.893,32	76.523,02
Adiantamento de Clientes	21	1.146.020,39	-
Subvenção a Apropriar		385.365,86	-
NÃO CIRCULANTE		74.219.565,81	59.207.095,12
Provisões para Contingências	22	14.479.653,33	2.109.691,29
Subvenção a Apropriar		2.642.508,65	-
Bens Cedidos em Comodato		57.097.403,83	57.097.403,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23	89.749.463,76	79.526.010,66
Capital Social		13.748.706,73	13.748.706,73
Reserva Legal		1.975.944,74	-
Reserva de Lucros		74.024.812,29	65.777.303,93

Fortaleza/CE, 30 de junho de 2026.

HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO
SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.09.21 15:47:21 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por KARINNY
CUSTODIO DE MELO:01457183366
Dados: 2026.09.21 15:13:17 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

RIVEA CRISTINA DA
SILVA

FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital
por RIVEA CRISTINA DA
SILVA FREITAS:01914890345
Dados: 2026.09.21 14:01:38
-03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital por EDESIO
CARDOSO FILHO:16850041304
Dados: 2026.09.21 14:21:09 -03'00'

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO – DRE
Valores expressos em Reais (R\$)

	Nota	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
RECEITA BRUTA		143.854.649,47	141.711.483,32	255.638.647,50	263.730.307,71
Serviços Prestados		135.820.068,80	127.179.237,04	239.075.537,21	236.056.302,68
Transferências do Estado do Ceará		8.034.580,67	14.532.246,28	16.563.110,29	27.674.005,03
DEDUÇÕES DA RECEITA		-14.875.895,22	-4.990.926,50	-23.934.380,68	-9.034.330,75
(-) Impostos sobre Serviços		-14.875.895,22	-4.990.926,50	-23.934.380,68	-9.034.330,75
RECEITA LÍQUIDA	24	128.978.754,25	136.720.556,82	231.704.266,82	254.695.976,96
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	25	-103.545.170,02	-106.861.277,48	-182.171.419,78	-201.337.116,14
(-) Pessoal e Encargos		-2.286.567,15	-2.094.453,69	-4.141.285,02	-3.919.549,69
(-) Materiais e Serviços		-101.147.065,80	-104.565.630,50	-177.815.996,35	-196.937.164,32
(-) Depreciação e Amortização Técnica		-111.537,07	-252.926,42	-214.138,41	-552.214,91
ICMS sobre Entradas		-	51.733,13	-	71.812,78
RESULTADO BRUTO		25.433.584,23	29.859.279,34	49.532.847,04	53.358.860,82
(+/-) RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	26	-27.795.013,65	-13.257.625,26	-42.947.527,84	-25.827.113,63
(-) Despesas com Pessoal e Encargos		-13.361.178,53	-12.012.293,24	-27.593.669,74	-23.257.174,82
(-) Despesas Gerais e Administrativas		-1.804.740,44	-965.412,59	-2.581.763,61	-2.017.414,18
(-) Depreciação e Amortização Administrativa		-264.553,71	-238.861,30	-473.632,46	-521.506,50
(-) Despesas Tributárias		-	-	-971,05	-
(-) Outras Despesas Operacionais		-12.529.697,75	-41.058,13	-12.644.188,58	-41.058,13
(+) Outras Receitas Operacionais		165.156,78	-	346.697,60	10.040,00
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		-2.361.429,42	16.601.654,08	6.585.319,20	27.531.747,19
RESULTADO FINANCEIRO	27	3.380.346,42	1.727.484,73	6.421.868,98	2.954.727,97
(-) Despesas Financeiras		-258,00	-24.634,19	-258,00	-24.634,19
(+) Receitas Financeiras		3.380.604,42	1.752.118,92	6.422.126,98	2.979.362,16
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		1.018.917,00	18.329.138,81	13.007.188,18	30.486.475,16
(-) Provisão para Contribuição Social		1.176.622,87	1.641.825,94	2.246.273,48	2.728.912,92
(-) Provisão para Imposto de Renda		192.331,21	-	537.461,60	235.896,98
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28	-350.037,08	16.687.312,87	10.223.453,10	27.521.665,26

Fortaleza/CE, 30 de junho de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO
SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.09.21 15:47:47 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por RIVEA
CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.09.21 14:01:50 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.09.21 15:13:54 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304
4

Assinado de forma digital por
EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304
Dados: 2026.09.21 14:22:12
-03'00'

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE – DRA
Valores expressos em Reais (R\$)

	01/04/2026 a 30/06/2026	01/04/2025 a 30/06/2025	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	-350.037,08	16.687.312,87	10.223.453,10	27.521.665,26
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO	-350.037,08	16.687.312,87	10.223.453,10	27.521.665,26

Fortaleza/CE, 30 de junho de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO
SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.09.21 15:48:12 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

RIVEA CRISTINA DA
SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por
RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.09.21 14:02:04 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

KARINNY CUSTODIO
DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.09.21 15:14:18 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital por
EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304
Dados: 2026.09.21 14:23:08 -03'00'

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO – DMPL

Valores expressos em Reais (R\$)

DESCRIÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE LUCROS	RESERVA LEGAL	LUCRO DO PERÍODO	TOTAL
Saldo em 31/12/2024	13.748.706,73	26.258.409,11	-	-	40.007.115,84
Lucro do Período	-	-	-	27.521.665,26	27.521.665,26
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos	-	27.521.665,26	-	-27.521.665,26	-
Saldo em 30/06/2025	13.748.706,73	53.780.074,37	-	-	67.528.781,10
Lucro do Período	-	-	-	11.997.229,56	11.997.229,56
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos	-	11.997.229,56	-	-11.997.229,56	-
Saldo em 31/12/2025	13.748.706,73	65.777.303,93	-	-	79.526.010,66
Lucro do Período	-	-	-	10.223.453,10	10.223.453,10
Constituição de Reserva Legal	-	-1.975.944,74	1.975.944,74	-	-
Transferência p/ Reservas de Lucros Retidos	-	10.223.453,10	-	-10.223.453,10	-
Saldo em 30/06/2026	13.748.706,73	74.024.812,29	1.975.944,74	-	89.749.463,76

Fortaleza/CE, 30 de junho de 2026.

HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.09.21 15:51:52 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior
CPF: 074.179.208-70
Presidente

RIVEA CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por RIVEA CRISTINA DA SILVA FREITAS:01914890345
Dados: 2026.09.21 14:02:18 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas
CRC/CE: 026274/O-4
Contadora

KARINNY CUSTODIO DE MELO:01457183366

Assinado de forma digital por KARINNY CUSTODIO DE MELO:01457183366
Dados: 2026.09.21 15:14:59 -03'00'

Karinny Custódio de Melo
CPF: 014.571.833-66
Diretora de Gestão e Finanças

EDESIO CARDOSO FILHO:16850041304

Assinado de forma digital por EDESIO CARDOSO FILHO:16850041304
Dados: 2026.09.21 14:23:54 -03'00'

Edésio Cardoso Filho
CPF: 168.500.413-04
Gerente de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – DFC (MÉTODO INDIRETO)

Valores expressos em Reais (R\$)

	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais (1)	-38.469.080,34	15.993.509,68
Lucro Líquido do Período	10.223.453,10	27.521.665,26
Ajuste de Receitas e Despesas que não afetam o Caixa		
(+) Depreciação e Amortização	687.770,87	1.073.721,41
(+/-) Outras Mutações do Patrimônio Líquido	-	41.058,13
Ajuste Pelas Variações dos Ativos e Passivos Operacionais	-49.380.304,31	-12.642.935,12
(Aumento)/Diminuição de Clientes	-7.905.484,87	-4.323.712,05
(Aumento)/Diminuição de Créditos Tributários	-7.294.860,30	-10.231.573,78
(Aumento)/Diminuição de Créditos em Créditos Com Funcionários	-27.982,40	-1.469.641,88
(Aumento)/Diminuição de Almoxarifado	-143.452,18	-10.809,83
(Aumento)/Diminuição de Clientes a Faturar	-19.278.835,92	-42.330.665,52
(Aumento)/Diminuição de Depósitos Judiciais	-13.813,83	-
(Aumento)/Diminuição de Fornecedores	7.852.328,24	626.098,48
(Aumento)/Diminuição de Fornecedores a Faturar	-34.938.342,03	44.487.823,45
(Aumento)/Diminuição de Obrigações Tributárias	-3.161.737,28	560.396,08
Aumento/(Diminuição) de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias	-815.733,92	-288.733,06
Aumento/(Diminuição) de Provisões	2.494.891,59	462.955,03
Aumento/(Diminuição) de Provisões para Contingências	12.369.962,04	-147.972,70
Aumento/(Diminuição) de Outras Obrigações	-48.629,70	22.900,66
Aumento/(Diminuição) de Adiantamento de Clientes	1.146.020,39	-
Aumento/(Diminuição) de Subvenção Apropriar	385.365,86	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTO		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Investimento (2)	-606.681,90	-431.527,00
Ajuste Ativo Imobilizado	53.945,26	-431.527,00
Adição de Bens de Direito de Uso	-660.627,16	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO		
Caixa Líquido Usado nas Atividades de Financiamento (3)	-	-
Aumento (Diminuição) do Caixa e Equivalentes de Caixa (1; 2; 3)	-39.075.762,24	15.561.982,68
Fluxo de Caixa e Equivalentes de Caixa	01/01/2026 a 30/06/2026	01/01/2025 a 30/06/2025
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	127.904.773,28	36.410.405,28
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	88.829.011,04	51.972.387,96
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO EXERCÍCIO	-39.075.762,24	15.561.982,68

Fortaleza/CE, 30 de junho de 2026.

HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.09.21 15:52:18 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

KARINNY CUSTODIO DE MELO:01457183366

Assinado de forma digital por KARINNY CUSTODIO DE MELO:01457183366
Dados: 2026.09.21 15:15:18 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

RIVEA CRISTINA DA SILVA FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por RIVEA CRISTINA DA SILVA FREITAS:01914890345
Dados: 2026.09.21 14:02:32 -03'00'

Rivea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

EDESIO CARDOSO FILHO:16850041304

Assinado de forma digital por EDESIO CARDOSO FILHO:16850041304
Dados: 2026.09.21 14:24:36 -03'00'

Edésio Cardoso Filho

CPF: 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2026

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), inscrita no CNPJ sob o nº 03.773.788/0001-67, empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, criada pela Lei nº 13.006 de 24 de março de 2000, alterada pelas Leis nº 13.875 de 07 de fevereiro de 2007, nº 14.335 de 20 de abril de 2009, nº 15.215 de 05 de setembro de 2012, nº 16.710 de 21 de dezembro de 2018, nº 18.310 de 17 de fevereiro de 2023, nº 18.539 de 30 de outubro de 2023, regida por seu Estatuto Social, por seu Regimento Interno, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sendo vinculada à Casa Civil do Governo do Estado do Ceará.

Sua atuação, também fundamentada pela Lei do Hub de Tecnologia da Informação e Comunicação nº 16.727, de 26 de dezembro de 2018, consiste em oferecer infraestrutura tecnológica e serviços especializados que possibilitam a implementação de políticas públicas, apoiando, essencialmente, órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual na modernização da gestão, na transformação digital e na prestação de serviços à população por meio de canais digitais.

De acordo com o art. 4º do Estatuto Social, publicado no Diário Oficial do Estado em 04 de novembro de 2025, a ETICE tem por objeto social:

- I – prover, integrar, comercializar e licenciar soluções em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para os Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual, os Órgãos e Entidades da União, dos Municípios e de outros poderes, à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;
 - II – prestar serviços de assessoramento, consultoria, pesquisa, desenvolvimento, implantação, operação, manutenção, gerenciamento, suporte técnico e de gestão em Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;
 - III – desenvolver estudos e pesquisas para subsidiar a definição de políticas públicas de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC no âmbito do Poder Executivo Estadual; e
 - IV – realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual.
- Parágrafo único – Os serviços prestados pela ETICE abrangem soluções relacionadas à garantia da segurança e da inviolabilidade dos dados da Administração Pública Estadual, ao relevante interesse coletivo, voltadas ao desenvolvimento e à utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação nos produtos e serviços ofertados, dentro de padrões de eficiência, eficácia e economicidade.

Conforme art. 5º do mesmo normativo, à consecução de seu objeto social, a ETICE poderá:

- I – desempenhar suas atividades mediante convênios, contratos, acordos de cooperação ou instrumentos congêneres, para ampliar sua inserção competitiva no mercado internacional e no mercado de inovações.
- Parágrafo único – A ETICE poderá, para a consecução do seu objeto social, constituir subsidiárias, sendo-lhe facultado participar do capital social de empresas constituídas que atuem na área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Acerca da finalidade da ETICE, o art. 6º do Estatuto Social dispõe que a empresa deverá:

- I – prestar serviços de TIC aos Órgãos e às Entidades da Administração Pública Estadual, aos Órgãos ou às Entidades da União, dos Municípios e de outros poderes, à pessoa física ou jurídica de direito público ou privado;
- II – implementar, operar, gerenciar, expandir e manter as redes e estruturas de provimento e suporte de serviços de telecomunicação, radiocomunicação, datacenters e outros sistemas de comunicação de propriedade ou posse da Administração Pública Estadual;
- III – prestar serviços de transporte de dados, acesso e conexão à Internet em banda larga;
- IV – prestar apoio e suporte às políticas públicas de conexão à Internet em banda larga para órgãos e entidades do Estado e pontos de interesse público;
- V – gerenciar a infraestrutura de redes objeto de concessão;

- VI – prestar serviços de consultoria e assessoria na área de TIC;
- VII – prestar serviços em nuvem computacional e prover soluções tecnológicas, seja por meio de tecnologia própria da ETICE ou pela integração de serviços e sistemas de terceiros fornecedores, parceiros de negócios ou clientes da ETICE;
- VIII – realizar a gestão da infraestrutura corporativa de TIC da Administração Pública Estadual, compreendendo a gerência da Internet, a gestão de riscos e de segurança da informação, além de outras que sejam definidas, relacionadas à TIC;
- IX – assessorar a implementação da Política de Segurança da Informação e Comunicação dos Ambientes de TIC do Governo do Estado do Ceará;
- X – propor sistemas específicos e soluções de integração dos sistemas corporativos estratégicos no âmbito do Governo;
- XI – assessorar ao órgão competente na Administração Pública Estadual na proposição e execução das diretrizes, das estratégias, das políticas, das normas, dos padrões e das orientações para o uso da TIC a serem observadas pela Administração Pública Estadual;
- XII – definir arquitetura de tecnologia digital e desenvolver estrutura de sustentação de plataformas digitais;
- XIII – apoiar a governança digital da Administração Pública Estadual;
- XIV – construir e gerenciar os processos referentes às aquisições/contratações corporativas de bens e serviços de TIC no âmbito do Governo do Estado do Ceará;
- XV – prestar assessoramento técnico ao órgão competente na Administração Pública Estadual na análise e emissão de pareceres referentes às aquisições de bens e serviços de TIC não padronizados, pelos Órgãos e Entidades estaduais, inclusive para contratação de serviços de consultorias em TIC;
- XVI – desenvolver estudos e pesquisas científicas, visando à identificação de soluções estratégicas e estruturantes de TIC;
- XVII – fomentar a geração de clusters de inovação na área de TIC no Estado, seja de forma interna, seja através de ações indutoras ao ambiente externo dentro do Estado;
- XVIII – prestar serviços de engenharia voltados à implantação e manutenção de infraestrutura de TIC, incluindo redes de radiocomunicação, telecomunicações, datacenters e outros sistemas de comunicação, integrando soluções tecnológicas às suas estruturas físicas para atender às demandas da Administração Pública;
- XIX – executar outras atividades que lhe forem definidas em legislação específica.

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis intermediárias da ETICE, referentes ao período findo em 30 de junho de 2026, foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições da Lei nº 6.404/1976 e suas alterações, bem como aos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, aplicáveis à Empresa.

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no regime de competência e no pressuposto da continuidade operacional, contemplando as informações consideradas relevantes para a adequada compreensão da posição patrimonial e financeira, do desempenho e dos fluxos de caixa da Empresa no período apresentado.

NOTA 03 – PRINCIPAIS DIRETRIZES CONTÁBEIS

a) APURAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

As receitas provenientes dos serviços prestados e os custos e despesas são registradas pelo regime de competência. Já as receitas provenientes das transferências do Governo do Estado do Ceará são registradas pelo regime de caixa, de acordo com as informações constantes do Sistema Integrado de Planejamento e Administração Financeira do Estado do Ceará (SIAFE).

No que se refere ao resultado da atividade, este é incorporado ao patrimônio líquido somente ao término de cada exercício social, isto é, em 31 de dezembro.

b) APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA

As aplicações financeiras da ETICE estão concentradas na Caixa Econômica Federal (CEF) e no Banco do Brasil, sendo na CEF registrado o maior volume aplicado. As aplicações são realizadas em conformidade com a política de gestão de caixa e equivalentes de caixa da entidade, com o objetivo de preservar o capital, garantir liquidez e obter rentabilidade compatível com as condições de mercado.

Os recursos aplicados correspondem exclusivamente a aplicações de curto prazo, com alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e sujeitas a baixíssimo risco, sendo classificadas como equivalentes de caixa quando aplicável, em conformidade com os critérios estabelecidos no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras são registradas pelo valor aplicado, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, os quais são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

c) IMOBILIZADO

O imobilizado está demonstrado pelo custo de aquisição, sendo a depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil econômica estimada dos bens.

Os ativos presentes neste item compreendem máquinas e equipamentos, bens utilizados na prestação de serviços e bens móveis administrativos.

d) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS

As férias vencidas, as proporcionais e seus encargos incorridos até a data do balanço, foram apropriadas mediante constituição de provisão.

(e) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os passivos contingentes são reconhecidos quando a perda é avaliada como provável, implicando provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os valores envolvidos podem ser estimados com razoável segurança.

Essa avaliação considera, entre outros fatores, a opinião dos assessores jurídicos da organização, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, o grau de complexidade das causas e o posicionamento predominante dos tribunais.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações financeiras. Já aqueles classificados como perdas remotas não requerem constituição de provisão nem divulgação.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído, quando não houver possibilidade de resgate desses depósitos, exceto em caso de desfecho favorável da demanda para a empresa.

(f) RECEITAS E DESPESAS

A ETICE adota o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, bem como para o reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento, ou seja, independentemente de sua conversão em entradas ou saídas de caixa.

(g) MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que correspondem à moeda funcional e à moeda de apresentação da Empresa. Os valores são expressos em reais, exceto quando indicado de outra forma, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

(h) ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

A classificação de ativos e passivos em circulantes e não circulantes é realizada em conformidade com os critérios estabelecidos no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos são classificados como circulantes quando se espera sua realização no curso normal do ciclo operacional da empresa, quando se prevê sua realização no prazo de até doze meses após a data do balanço ou quando se trata de caixa e equivalentes de caixa, exceto se houver restrição à sua utilização por período superior a doze meses.

Os passivos são classificados como circulantes quando se espera sua liquidação no curso normal do ciclo operacional da empresa, quando devam ser liquidados no prazo de até doze meses após a data do balanço ou quando a entidade não possui direito incondicional de diferir sua liquidação por período superior a doze meses. Os demais ativos e passivos são classificados como não circulantes.

i) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

O IRPJ é calculado com base no lucro tributável, à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre a parcela do lucro que exceder R\$ 240.000,00 no período de 12 meses. A CSLL é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

Os encargos tributários são reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por recursos mantidos em aplicações financeiras de curto prazo junto ao Banco do Brasil e à Caixa Econômica Federal, conforme demonstrado no quadro acima.

As aplicações financeiras possuem liquidez diária e disponibilidade para resgate, sendo mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de curto prazo da Empresa e classificadas como equivalentes de caixa em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizou R\$ 88.829.011,04, comparativamente a R\$ 127.904.773,28 em 31 de dezembro de 2025, representando redução de aproximadamente R\$ 39,08 milhões, ou 30,55%.

A redução observada decorre, principalmente, da liquidação, no primeiro semestre de 2026, de obrigações com fornecedores que se encontravam pendentes de pagamento ao encerramento do exercício de 2025.

Dessa forma, o saldo mais elevado das disponibilidades em 31 de dezembro de 2025 refletia, em parte, recursos destinados ao cumprimento de obrigações já existentes, cujos respectivos desembolsos financeiros ocorreram no exercício de 2026.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
APLICAÇÕES FINANCEIRAS CURTO PRAZO	88.829.011,04	127.904.773,28
Aplicação Rende Fácil BB	781.398,90	582.155,81
Caixa FIC Premium Rf Ref DI LP	88.047.612,14	127.322.617,47
TOTAL	88.829.011,04	127.904.773,28

NOTA 5 – CLIENTES

A conta “Clientes” é composta pelos valores a receber decorrentes dos serviços prestados e faturados pela ETICE que, na data das demonstrações contábeis, ainda não haviam sido convertidos em entrada de caixa.

Em 30 de junho de 2026, o saldo líquido de clientes totalizava R\$ 10.389.415,73, comparativamente a R\$ 2.483.930,86 em 31 de dezembro de 2025. O aumento observado decorre, principalmente, do maior volume de faturamentos realizados próximo ao encerramento do primeiro semestre de 2026, cujos respectivos valores ainda se encontravam pendentes de liquidação financeira pelos clientes na data-base das demonstrações contábeis. Dessa forma, a elevação do saldo de contas a receber não representa, necessariamente, aumento proporcional da inadimplência da carteira, refletindo também o ciclo de faturamento e recebimento existente no encerramento do período.

Do saldo da conta “Clientes” é deduzido o montante reconhecido como Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD, constituída com base na avaliação dos créditos sujeitos a risco de não realização, considerando os critérios e estimativas adotados pela Administração.

Em 30 de junho de 2026, a PCLD totalizava R\$ 1.396.009,34, comparativamente a R\$ 1.378.759,34 em 31 de dezembro de 2025.

O valor de R\$ 15.793,90, apresentado na rubrica “Clientes a Identificar”, refere-se a registros ainda não identificados no Ambiente Seguro da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ na data de encerramento do período. A Administração encontra-se adotando as providências necessárias para a identificação e regularização dos respectivos registros.

CLIENTES	30/06/2026	31/12/2025
SSPDS – Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social	2.528.782,86	93.642,02
SEPLAG – Secretaria de Planejamento e Gestão	2.461.519,51	182.351,28
ESP – Escola Estadual de Saúde / Fundo Estadual de Saúde	1.816.495,57	1.476,93
SEFAZ/MA – Secretaria de Estado da Fazenda Maranhão	1.309.178,45	-
SEGOV/MA – Secretaria de Estado de Governo Maranhão	1.305.875,33	1.386.756,48
PCDF – Polícia Civil do Distrito Federal	417.639,61	123.384,29
MPCE – Fundo de Reaparelhamento e Modernização	307.317,85	-
HEMOCE – Centro de Hematologia e Hemoterapia Ceará	198.022,25	186.937,25
DETRAN – Dep. Estadual de Trânsito Estado do Ceará	141.117,57	-
CIPP – Companhia Administradora da Zona de Proc	125.755,51	125.755,51
Fundo Municipal de Saúde de Porto Velho	113.895,88	-
COSANPA – Companhia de Saneamento do Pará	108.323,88	85.339,20
Município de Caucaia	95.200,00	95.200,00
PRF – Superintendência da Polícia Rodoviária Federal	88.494,96	-
FUNECE – Fund. Universidade Estadual do Ceará	69.902,14	-
PEFOCE – Perícia Forense do Estado do Ceará	62.483,40	-
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará	57.355,56	70.184,93
Superintendência do Sistema Estadual De	54.602,50	14.404,18

Laranet – J. Elvis Frota - Me	54.311,59	54.311,59
CEASA – Centrais de Abastecimento do Ceará	51.613,56	56.920,81
SRH – Secretaria dos Recursos Hídricos	35.988,32	-
JUCEC – Junta Comercial do Estado do Ceará	30.479,95	-
SOHIDRA – Superintendência de Obras Hidráulicas	26.327,52	-
Prefeitura Municipal de Redenção	25.049,20	35.944,26
TCE – Tribunal de Contas do Ceará	23.543,67	-
Prefeitura Municipal de Hidrolândia	23.472,00	23.472,00
CAEARAPREV – Fundação de Previdência Social	23.287,54	-
ADAGRI – Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Ceará	22.513,14	-
Hosp. de Messejana Dr. Carlos Albert Studart	18.075,52	-
DB3 Serviços de Telecomunicações Ltda.	17.250,00	17.250,00
NUTEC – Fundação Núcleo Tecnologia Industr	16.891,17	-
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente	14.099,38	-
Município de Baturité	12.383,00	-
CBMCE – Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará	11.650,60	-
CGD – Controladoria Geral de Disciplina	11.214,86	-
Fundo Municipal de Saúde (Guaramiranga)	9.944,00	9.944,00
Hosp. Infantil Dr. Albert Sabin	9.897,94	-
COGERH – Cia de Gestão dos Recursos Hídricos	9.462,54	-
PGJ – Procuradoria Geral da Justiça	9.341,56	115.404,35
SEDIRH – Secretaria dos Direitos Humanos	8.605,36	-
SDE – Secretaria do Desenvolvimento Econômico	7.547,62	-
SDA – Secretaria do Desenvolvimento Agrário	6.913,98	-
Secretaria Municipal de Administração	6.580,89	-
SAP/SEJUS – Secretaria de Justiça e Cidadania	6.132,17	-
FUNCEME – Fun. Cearense de Met. e Recursos Hídricos	5.469,95	-
ADECE – Agência de Desenvolvimento do Ceará	4.792,06	32.161,89
Centro Odontológico Tipo II - Ceo Joaquim Tavora	4.671,60	-
URCA – Universidade Regional do Cariri	4.181,32	7.668,01
Centro Especializado de Odontologia - Ceo/Centro	3.926,16	-
ISSEC – Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará	3.577,76	-
PGE – Procuradoria-Geral do Estado	2.602,95	-
ISGH – Inst de Saúde Gestão Hospitalar	2.473,40	9.893,60
SETUR – Secretaria Estadual do Turismo	2.403,91	1.140,07
AESP – Academia Estadual de Segurança Pública	2.297,18	-
Secretaria Mun de Assis Social	1.913,36	3.348,38
Município Várzea Alegre	1.767,72	1.767,72
Prefeitura Municipal de Brejo Santo	1.675,68	1.675,68
SPS – Sec.de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e	1.541,95	-
Câmara de Ocara	1.285,01	1.285,01
Instituto Municipal de Previdência Social	593,32	1.186,64
Fundo Estadual de Saúde/Ceo Rodolfo Teófilo	560,77	-
Fundo da Assistência Social Carius	557,94	557,94
SEJUV/SESPORTE – Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará	211,43	-
Fundo Estadual de Saúde/Posto Meireles	175,59	-
ARCE – Agência Reg. de Ser. Públicos Deleg. do Estado do Ceará	-	232.803,09
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará	-	228.143,13
Câmara de Fortaleza	-	85.727,34
Casa Civil	-	63.160,25
METROFOR – Cia Cearense de Transportes Metropolitanos	-	18.895,26
Fundo de Modernização e Reparelhamento	-	76.429,50
Fundo Esp de Reparel e Moderniz do Pode	-	322.258,84
Prefeitura de Jucás	-	3.348,38
Secretaria de Estado de Representação Do	-	3.605,52
SESP – Secretaria de Estado de Segurança Pública	-	127.897,01
UVA – Universidade Estadual Vale do Acaraú	-	3.154,60
(-) Clientes A Identificar	-15.793,90	-42.096,74
(-) Provisão para Créditos de Liq Duvidosa	-1.396.009,34	-1.378.759,34
TOTAL	10.389.415,73	2.483.930,86

NOTA 6 – CLIENTES A FATURAR

A ETICE presta serviços de tecnologia da informação e comunicação, predominantemente a órgãos e entidades da Administração Pública, cujo processo de faturamento está sujeito ao cumprimento das etapas previstas nos respectivos instrumentos contratuais, incluindo, quando aplicável, a medição e o aceite dos serviços pelo contratante.

Em conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, a receita é reconhecida à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, refletindo a prestação dos serviços ao cliente, independentemente do momento de emissão da correspondente nota fiscal.

Dessa forma, a rubrica “Clientes a Faturar” compreende os valores relativos a serviços já prestados e reconhecidos como receita pelo regime de competência, mas cuja nota fiscal ainda não havia sido emitida na data-base das demonstrações contábeis. Após o cumprimento das condições necessárias ao faturamento, os respectivos valores são faturados e reclassificados para conta “Clientes”.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de Clientes a Faturar totalizava R\$ 60.704.001,28, comparativamente a R\$ 41.425.165,36 em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 19.278.835,92.

O aumento observado decorre da maior concentração, na data de encerramento do primeiro semestre de 2026, de serviços já prestados e reconhecidos contabilmente, cujos respectivos processos de faturamento ainda não haviam sido concluídos.

A rubrica “Demais clientes” corresponde ao agrupamento de clientes cujos saldos individuais a faturar são inferiores a R\$ 188.000,00, considerados individualmente não relevantes para fins de apresentação. Em 30 de junho de 2026, esses saldos totalizavam R\$ 2.835.254,95.

CLIENTES A FATURAR	30/06/2026	31/12/2025
PEFOCE – Perícia Forense do Estado de Ceará	11.895.636,10	230.683,04
SSPDS – Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social	10.284.651,06	8.644.102,30
SEPLAG – Secretaria do Planejamento e Gestão do Est. Ceará	6.297.566,62	3.717.929,10
PCCE – Superintendência da Polícia Civil do Ceará	4.432.608,10	1.504.230,97
DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito	3.971.326,78	1.089.655,38
Demais clientes (saldos individuais inferiores a R\$ 188 mil)	2.835.254,95	4.413.069,13
SEDUC – Secretaria de Educação	2.249.787,10	968.240,77
SEFAZ/MA – Secretaria de Estado da Fazenda Maranhão	2.037.132,40	-
SEFAZ – Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará	1.612.038,86	6.886.839,42
SAP – Secretaria da Administração Penitenciária	1.327.639,57	266.279,32
SESA – Fundo Estadual da Saúde	2.310.339,16	5.355.752,83
JUCEC – Junta Comercial do Estado do Ceará	1.367.336,89	2.371.577,68
SEJUV/SESPORTE – Secretaria do Esporte e Juventude do Estado do Ceará	1.165.609,06	547.398,76
CAEARAPREV – Fundação de Previdência Social	1.161.559,51	1.594.422,99
SEGOV/MA – Secretaria de Estado de Governo Maranhão	1.092.600,42	279.117,37
EMATERCE – Empresa de Assis. Técnica e Extensão Rural	1.022.498,14	340.342,37
ESP – Escola Estadual de Saúde / Fundo Estadual de Saúde	767.720,12	-
SPS – Sec.de Proteção Social, Justiça, Cidadania, Mulheres e	702.577,68	593.162,95
HEMOCE – Centro de Hematologia e Hemoterapia Ceará	636.099,65	580.120,70
TJCE – Fundo Especial de Reaparelhamento e Mod. Judiciário	599.931,00	1.177.872,21
PGJ/MPCE – Fundo de Reaparelhamento e Modernização	464.292,70	262.612,31
PGE – Procuradoria-Geral do Estado	451.766,24	210.571,76
SET – Secretaria do Trabalho	330.622,39	-
CAGECE – Companhia de Água e Esgoto do Ceará	294.764,20	230.671,20
PROCON – Superintendência Estadual de Defesa Consumidor	280.790,16	2.498,24
Casa Civil	245.065,53	-
SECULT – Secretaria da Cultura do Ceará	232.887,14	-
IPMO/SP – Instituto de Previdência do Município de Osasco	226.492,75	-
FUNECE – Fund. Universidade Estadual do Ceará	209.889,49	-
SEMA – Secretaria do Meio Ambiente	197.517,51	-
TOTAL	60.704.001,28	41.425.165,36

NOTA 7 – CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Em 30 de junho de 2026, os créditos tributários totalizavam R\$ 32.731.967,34, comparativamente a R\$ 25.437.107,04 em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de aproximadamente R\$ 7,29 milhões, ou 28,68%.

A empresa também reconhece créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias dedutíveis, bem como de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), em conformidade com o CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. Tais créditos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucro tributável futuro suficiente para sua realização.

Os créditos são compostos, principalmente, por valores de IRPJ, CSLL e IRRF passíveis de compensação, saldos negativos de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores e créditos de PIS, COFINS e ICMS a recuperar, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
TRIBUTOS A COMPENSAR	29.187.684,08	23.511.787,83
IRPJ Estimativa	5.833.764,48	-
CSLL Estimativa	51.687,91	-
IRRF (a Compensar)	6.025.415,43	-
IRRF S/ Aplicações Financ (a Compensar)	74.846,87	-
PIS (a Compensar)	48.045,93	5.285,49
COFINS (a Compensar)	189.493,64	24.395,09
CSLL (a Compensar)	8.189,39	-
CSRF (a Compensar)	10.800,00	10.800,00
INSS (a Compensar)	84.637,52	84.637,52
IRPJ Saldo Negativo 2019	2.929,08	2.929,08
CSLL Saldo Negativo 2019	0,54	0,54
CSLL Pgto Indevido ou a Maior	278.454,05	2.105.342,62
IRPJ Pgto Indevido/menor	143.224,87	2.022.708,73
CSLL Saldo Negativo 2021	2.126,36	2.126,36
IRPJ Saldo Negativo 2021	0,71	0,71
IRRF Indevido Ou A Maior	4.500,00	4.500,00
IRPJ Saldo Negativo 2022	2,06	2,06
CSLL Saldo Negativo 2022	7.629,51	7.629,51
IRPJ Saldo Negativo 2023	1.412.524,87	2.328.749,13
CSLL Saldo Negativo 2023	34.720,18	836.505,15
IRPJ Saldo Negativo 2024	595.747,35	5.258.788,80
CSLL Saldo Negativo 2024	6.502,02	572.997,08
IRPJ Saldo Negativo 2025	11.986.338,60	9.963.629,87
CSLL Saldo Negativo 2025	2.386.102,71	280.760,09
TRIBUTOS A RECUPERAR	3.544.283,26	1.925.319,21
PIS A Recuperar	777.759,78	455.114,93
COFINS A Recuperar	2.737.378,51	1.441.059,31
ICMS S/ Ativo Imobilizado (a Recuperar)	29.144,97	29.144,97
TOTAL	32.731.967,34	25.437.107,04

NOTA 8 – CRÉDITOS COM FUNCIONÁRIOS

A ETICE concede aos seus empregados, conforme previsto no Acordo Coletivo de Trabalho, adiantamento financeiro denominado “Empréstimo Férias”, disponibilizado por ocasião do início do período de gozo de férias.

Os valores concedidos possuem natureza de adiantamento financeiro, sendo registrados no ativo como créditos com funcionários no momento de sua concessão e recuperados mediante desconto em cinco parcelas na folha de pagamento, com início no mês subsequente ao retorno das férias.

Considerando a expectativa de realização no curto prazo, os respectivos saldos são classificados no ativo circulante, em conformidade com os critérios de classificação estabelecidos pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em 30 de junho de 2026, os créditos com funcionários totalizavam R\$ 291.059,92, comparativamente a R\$ 263.077,52 em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado a seguir.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Adiantamentos de Férias	291.059,92	263.077,52
TOTAL	291.059,92	263.077,52

NOTA 9 – ALMOXARIFADO

O almoxarifado é composto por materiais de uso e consumo destinados ao atendimento das atividades operacionais e administrativas da ETICE. Os materiais são mensurados pelo custo de aquisição, utilizando-se o método do custo médio para sua valoração, observados os critérios estabelecidos pelo CPC 16 – Estoques.

A baixa dos materiais ocorre à medida que são requisitados para utilização pelas unidades da Empresa, sendo os respectivos valores reconhecidos no resultado de acordo com sua natureza e o regime de competência.

O controle dos estoques é realizado por meio do Sistema de Gestão de Bens Móveis – SGBM, mantido pela Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG. A Empresa realiza inventários físicos periódicos com o objetivo de verificar a existência dos materiais e assegurar a adequada conciliação entre os controles físicos e contábeis.

Os saldos de almoxarifado são classificados no ativo circulante, considerando sua expectativa de realização no ciclo operacional da Empresa, em conformidade com os critérios de apresentação e classificação estabelecidos pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de almoxarifado totalizou R\$ 206.957,87, comparativamente a R\$ 63.505,69 em 31 de dezembro de 2025. A variação observada decorre, principalmente, do aumento dos materiais classificados como “Componentes de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos”, conforme demonstrado no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Componentes de Equipamentos Elétricos e Eletrônicos	147.659,16	121,80
Condutores Elétricos e Equip de Força e Distribuição	13.710,57	13.970,40
Equipamentos e Materiais de Limpeza	9.938,81	9.849,50
Artigos e Utensílios de Escritório	7.487,86	3.623,80
Gêneros Alimentícios	6.071,01	8.167,21
Artigos de Higiene	4.605,89	5.407,85
Equipamento Para Refeitório, Copa e Cozinha	3.140,15	3.670,05
Combustíveis, Óleos, Lubrificantes e Ceras	2.793,90	2.637,59
Equip., Medicamentos, Art.de uso Médicos, Odont.e Hosp	2.068,62	1.754,24
Equipamento de Proc de Dados, de Suporte Software	1.916,76	2.677,60
Vestuários, Equipamentos Individuais e Insígnias	1.697,93	1.871,71
Aparelhos de Iluminação e Lâmpadas	1.134,87	477,50
Equip de Instalações Hidráulicas, Sanitárias e Calefação	974,90	1.159,05
Substâncias e Produtos Químicos	867,00	1.173,00
Recep e Materiais P/acondicionamento e Embalagem	749,88	1.961,69
Canos, Tubos, Mangueiras e Acessórios	748,00	3.648,00
Artigos, Utensílios Utilidades de uso Doméstico e Comercial	697,65	383,34
Ferramentas Manuais	418,85	348,19
Pinceis Tintas e Adesivos	180,36	-
Ferragens e Abrasivos	90,00	90,00
Cordas, Cabos e Correntes	5,70	2,85
Máquinas e Equipamentos de Oficinas de Manutenção	-	80,00
Equipamentos P/refrigeração, Cond.e Purificação do Ar	-	210,00
Instrumentos e Equip.de Controle e Medição	-	220,32
TOTAL	206.957,87	63.505,69

NOTA 10 — OUTROS CRÉDITOS

O montante de R\$ 18.533,50, registrado no ativo não circulante, refere-se a valores pagos a título de multas aplicadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, decorrentes da entrega intempestiva da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF).

Em razão dos fatos que deram origem às referidas penalidades, a Empresa ajuizou ação judicial de ressarcimento em face da empresa Ativos Contadores Associados Ltda., sob o nº 47147-02.2008.8.06.0001, em trâmite perante a 16ª Vara Cível da Comarca de Fortaleza/CE, com o objetivo de reaver os valores despendidos.

O reconhecimento desse ativo fundamenta-se na expectativa de êxito da demanda judicial, conforme avaliação da Administração.

NOTA 11 — DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo de R\$ 2.554.151,41, registrado na conta de depósitos judiciais e classificado no ativo não circulante, é composto por: (i) R\$ 27.200,45, referentes a depósitos recursais vinculados a processos trabalhistas; e (ii) R\$ 2.526.950,96, relativos a depósito judicial efetuado no âmbito de demanda de natureza tributária.

O montante de natureza tributária está associado à discussão judicial acerca da cobrança da contribuição ao Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), referente ao período de 2019 a 2021.

A demanda foi inicialmente proposta sob a forma de Ação Anulatória de Débito Fiscal, com pedido de tutela de urgência, tendo sido posteriormente convertida em Embargos à Execução. A controvérsia reside na base de cálculo adotada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), que, segundo a Empresa, teria incluído indevidamente receitas provenientes de Serviços de Valor Adicionado (SVA), as quais não integram a base de cálculo da referida contribuição.

Os depósitos judiciais são registrados como ativos, uma vez que representam valores vinculados a processos judiciais em andamento, cuja realização está condicionada ao desfecho das respectivas demandas. O tratamento contábil adotado observa o disposto no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A Administração acompanha regularmente o andamento dos processos judiciais e entende que foram adotadas as medidas cabíveis para a adequada defesa de seus interesses.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

O ativo imobilizado da ETICE é composto por bens tangíveis mantidos para utilização nas atividades operacionais e administrativas da Empresa, registrados ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas vidas úteis econômicas estimadas dos bens, sendo reconhecida sistematicamente no resultado ao longo do período de utilização dos ativos. As vidas úteis, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados periodicamente pela Administração.

Os gastos subsequentes são incorporados ao valor contábil dos ativos quando atendidos os critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os gastos com manutenção e reparos que não resultem em benefícios econômicos futuros adicionais são reconhecidos no resultado quando incorridos.

O reconhecimento, a mensuração, a depreciação e a baixa dos bens do ativo imobilizado observam os critérios estabelecidos pelo CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Empresa avalia, ainda, a existência de indicadores de perda por redução ao valor recuperável dos ativos, quando aplicável.

No primeiro semestre de 2026, ocorreram adições e baixas de bens do ativo imobilizado, cujas movimentações, bem como a evolução da respectiva depreciação acumulada, encontram-se demonstradas nos quadros a seguir.

a) Movimentação do custo de aquisição

BENS EM OPERAÇÃO	SALDO EM 31/12/2025	ADIÇÕES	BAIXAS	SALDO EM 30/06/2026
Equipamentos de Informática	6.109.203,56	-	-	6.109.203,56
Máquinas e Equip. Energéticos	2.672.197,22	-	-	2.672.197,22
Apar. e Equip. de Comunicação	2.657.016,04	-	-	2.657.016,04
Mobiliários	942.331,10	85.546,53	-	1.027.877,63
Outras Máquinas, Aparelhos e Equip.	544.639,02	8.108,09	-147.599,88	405.147,23
Equip. Proteção, Seg. e Socorro	256.847,03	-	-	256.847,03
Apar. e Utensílios Domésticos	110.836,36	-	-	110.836,36
Equipamentos para Áudio, Vídeo e Foto	52.672,61	-	-	52.672,61
Máq. Ferramentas, Utens. Oficina	13.662,11	-	-	13.662,11
Veículos Caminhonetes e Caminhonetes	-	-	-	-
TOTAL DO IMOBILIZADO	13.359.405,05	93.654,62	-147.599,88	13.305.459,79

b) Movimentação da Depreciação Acumulada

DEPRECIÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2025	BAIXAS	DEPRECIÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 30/06/2026	PERCENTUAL DEPRECIÇÃO
Equipamentos de Informática	5.630.371,20	-	58.785,90	5.689.157,10	20% a.a
Máquinas e Equip. Energéticos	1.843.828,53	-	133.609,86	1.977.438,39	10% a.a
Apar. e Equip. de Comunicação	1.807.042,33	-	131.017,95	1.938.060,28	10% a.a
Equip. Proteção, Seg. e Socorro	227.963,49	-	28.883,54	256.847,03	10% a.a
Mobiliários	307.161,96	-	51.205,02	358.366,98	10% a.a
Equip. Áudio e Vídeo	94.385,77	-	-	94.385,77	10% a.a
Outras Máquinas, Aparelhos e Equip.	119.999,48	-	29.833,11	149.832,59	10% a.a
Apar. e Utensílios Domésticos	86.541,01	-	7.374,63	93.915,64	10% a.a
Veículos e Caminhonetes	-	-	-	-	20% a.a
Máq. Ferramentas, Utens. Oficina	5.845,09	-	683,10	6.528,19	10% a.a
Equipamento de Prot., Seg. e Socorro	28.883,54	28.883,54	-	-	10% a.a
Amortização Direito de Uso	-	-	275.261,30	275.261,30	20% a.a
TOTAL DEPRECIÇÃO	10.152.022,40	28.883,54	716.654,41	10.839.793,27	

NOTA 13 – BENS EM COMODATO

A ETICE recebeu, nos exercícios de 2024 e 2025, equipamentos destinados ao desenvolvimento de suas atividades operacionais, majoritariamente vinculados às soluções de radiocomunicação disponibilizadas aos seus clientes. A entrada dos referidos bens foi documentada por meio de notas fiscais emitidas pelos respectivos fornecedores, com indicação da natureza da operação como comodato, não tendo sido formalizado instrumento contratual específico para a cessão dos bens. Na data-base de 30/06/2026, os bens recebidos em comodato totalizam R\$ 57.097.403,83.

Os equipamentos permanecem sob a propriedade jurídica dos respectivos fornecedores e encontram-se registrados contabilmente no ativo da ETICE, na rubrica “Bens Recebidos em Comodato”, permanecendo também submetidos aos controles patrimoniais da Empresa enquanto estiverem sob sua responsabilidade.

Considerando a natureza da operação evidenciada na documentação disponível e a inexistência de aquisição ou transferência da propriedade jurídica dos bens para a ETICE, a Administração mantém controle específico desses equipamentos e avalia o tratamento contábil aplicável às respectivas operações, inclusive, quando pertinente, quanto à existência de direito de uso de ativo de terceiro nos termos do CPC 06 (R2) – Arrendamentos.

NOTA 14 – BENS EM DIREITO DE USO (CESSÕES NÃO ONEROSAS DE BENS IMÓVEIS)

a) Termo de Cessão Não Onerosa nº 004/2026

Em janeiro de 2026 houve a formalização do Termo de Cessão Não Onerosa de Bem Imóvel nº 004/2026 de propriedade do Governo do Estado do Ceará no valor de R\$ 3.303.135,81, o qual está sendo utilizado pela ETICE como a sua sede administrativa. A cessão tem o prazo de vigência de 5 (cinco) anos. Desta forma, houve o registro no Imobilizado do valor de avaliação do bem objeto do direito de uso, em contrapartida à conta de “Subvenção a Apropriar” no Passivo. Durante o período de vigência do termo de cessão, serão registrados no Imobilizado a amortização do direito de uso em contrapartida à conta de Despesa, e a realização da Subvenção no Passivo em contrapartida à conta de Receita.

b) Termo de Cessão Não Onerosa nº 020/2026

Em 30 de abril de 2026, a ETICE celebrou com o Estado do Ceará, seu controlador, por intermédio da Secretaria da Fazenda, o Termo de Cessão Não Onerosa de Bem Imóvel nº 020/2026, publicado no Diário Oficial do Estado em 11 de maio de 2026. O instrumento confere à Empresa, pelo prazo de 11 de maio de 2026 a 11 de maio de 2031, o uso exclusivo de área de 944,88 m² situada na Avenida Pontes Vieira, Fortaleza/CE, destinada à ampliação de sua sede, sem transferência do domínio, sem contraprestação, com vedação de cessão a terceiros e com devolução ao término, incorporando-se as benfeitorias ao imóvel sem indenização.

O Termo não transfere a propriedade do terreno e, por não envolver contraprestação, não atende à definição de arrendamento do CPC 06 (R2). Na ausência de pronunciamento que trate especificamente de direitos de uso gratuitos concedidos por controlador, a Administração exerceu o julgamento previsto no CPC 23 e concluiu que o direito de uso, por ser restrito, intransferível e desprovido de mensuração confiável do benefício econômico que dele decorre, não atende aos critérios de reconhecimento de ativo. Em consequência, nenhum ativo, passivo, receita ou componente do patrimônio líquido foi reconhecido em decorrência do Termo. O imóvel, a área, a vigência, as restrições e a obrigação de devolução são controladas em registro individualizado, de natureza física e não monetária.

A transação constitui operação com parte relacionada (CPC 05 (R1)). Os laudos de avaliação constantes do processo administrativo indicam, para o terreno, R\$ 1.512.000,00 em 2014 e R\$ 630.000,00 em 2024, valores em conciliação técnica que não representam a mensuração do direito de uso e são divulgados apenas como indicação de ordem de grandeza.

Ademais, a Empresa encontra-se atualmente na fase de planejamento das ações necessárias à adequada utilização da área cedida, especialmente no que se refere à ampliação de sua sede administrativa e à construção de novo Data Center. Em face disto, estão sendo realizados os estudos, levantamentos e demais providências preliminares indispensáveis à estruturação e futura execução dos projetos, em observância às disposições do Decreto Estadual nº 30.787/2011 e às demais normas aplicáveis, de modo a assegurar que a implantação das estruturas pretendidas ocorra de forma planejada, regular e compatível com a finalidade pública atribuída ao imóvel.

Quando ocorrerem benfeitorias realizadas pela ETICE que atendam aos critérios do CPC 27, estas serão reconhecidas ao custo e depreciadas, a partir da data em que estiverem disponíveis para uso, pelo menor prazo entre a vida útil e a vigência remanescente da cessão.

NOTA 15 – INTANGÍVEL

Os ativos intangíveis da ETICE são compostos por licenças de uso de software, reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição e mensuradas subsequentemente pelo custo, deduzido da amortização acumulada e de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, em conformidade com o CPC 04 (R1) – Ativo Intangível.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pelo método linear ao longo de suas vidas úteis econômicas estimadas, de forma a refletir o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros, sendo os encargos de amortização reconhecidos no resultado do período.

Em 30 de junho de 2026, as licenças de uso de software registradas pela Empresa apresentavam custo histórico de R\$ 1.500.000,00 e amortização acumulada de igual valor, resultando em valor contábil líquido igual a zero. Não ocorreram adições, baixas ou amortizações no primeiro semestre de 2026.

a) Custo de aquisição

INTANGÍVEL	SALDO EM 31/12/2025	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	SALDO EM 30/06/2026
Licenças de Uso de Software	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00
TOTAL INTANGÍVEL	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00

b) Amortização acumulada

AMORTIZAÇÃO ACUMULADA	SALDO EM 31/12/2025	BAIXAS	AMORTIZAÇÃO DO PERÍODO	SALDO EM 30/06/2026	PERCENTUAL AMORTIZAÇÃO
Licenças de Uso de Software	1.500.000,00	-	-	1.500.000,00	20% a.a
TOTAL AMORTIZAÇÃO	1.500.000,00	0,00	0,00	1.500.000,00	

NOTA 16 – FORNECEDORES

A conta de fornecedores compreende as obrigações da ETICE decorrentes da aquisição de bens e da contratação de serviços já fornecidos ou prestados e reconhecidos contabilmente, cujos respectivos pagamentos ainda não haviam sido realizados na data-base das demonstrações financeiras.

Os valores são reconhecidos de acordo com o regime de competência e permanecem registrados no passivo até a respectiva liquidação financeira. As obrigações são classificadas no passivo circulante considerando sua expectativa de liquidação no ciclo operacional da Empresa, em conformidade com os critérios estabelecidos pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de fornecedores totalizava R\$ 12.508.914,29, comparativamente a R\$ 4.656.586,05 em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 7.852.328,24.

A elevação do saldo decorre, principalmente, da concentração, na data de encerramento do semestre, de obrigações relativas à competência de junho de 2026, já reconhecidas contabilmente e documentadas, inclusive mediante os respectivos documentos fiscais, cujos pagamentos ocorreriam nas datas subsequentes previstas no calendário financeiro da ETICE. A Empresa adota calendário de pagamentos ordinários com periodicidade semanal, razão pela qual tais obrigações permaneciam registradas na conta de fornecedores em 30 de junho de 2026, sem caracterizar situação de inadimplência. A composição do saldo por fornecedor encontra-se demonstrada no quadro a seguir.

FORNECEDORES	30/06/2026	31/12/2025
Valid Soluções S.A.	6.010.931,00	-
Golden Tecnologia Ltda	1.460.552,13	-
Tarea Gerenciamento Ltda	1.407.482,41	-
Claro S.A.	1.382.613,17	4.135.265,25
Has Engenharia Ltda	891.196,96	-
Lanlink Serviços de Informática	478.673,12	-
Elogroup Desenvolvimento e Consultoria L	429.867,10	-
Portfolio Consultoria Empresarial Ltda	188.673,38	-
Green Card S A Refeições Com e Serv	93.721,32	-
Ntsec Soluções em Teleinformática Ltda	74.956,09	-
Marcenaria Sular	32.294,43	-
Ticket Soluções Hdft S.A.	16.678,44	12.579,74
Brfibra Telecomunicações Ltda	12.500,00	-
K G Construções Ltda	8.830,00	-
SIs Terceirização	4.395,34	-
Radio Taxi Capital Fortaleza Ltda	3.994,62	-
Best Hydro Comercial Ltda	3.598,94	-
Telefonica Brasil As	3.359,27	-

Ksa Forte Comercio de Produtos de Inform	1.902,30	-
Tie Tapetes Eireli	885	-
Fábrica de Capachos Importações Ltda	648,37	-
Lucas O Santos Ltda	432	-
Elloella Distribuidora Ltda	345	-
Laguna Esporte Ltda	225	-
Dell Computadores do Brasil Ltda	80,49	-
Oi S.A. Em Recuperação Judicial	78,38	78,38
Webtrip Agência de Viagens	0,03	-
1telecom Serviços de Tecnologia em Inter	-	12.500,00
Brisanet Serviços de Telecomunicações S.A.	-	295.176,04
Db3 Serviços de Telecomunicações Ltda	-	0,03
Distribix Soluções & amp Serviços Brasil	-	1.109,00
Dv Comercial e Serviços Eireli	-	764,00
Futura Climatização e Energia Renovável	-	35.208,00
Norclean Indústria e Comercio Ltda	-	428,85
Odebrecht Comercio e Industria de Café Ltda	-	6.600,00
Schneider Electric Brasil Ltda	-	155.841,22
Vip Serviços Odonto Médicos Ltda	-	1.035,54
TOTAL	12.508.914,29	4.656.586,05

NOTA 17 – FORNECEDORES A FATURAR

A rubrica “Fornecedores a Faturar” compreende obrigações decorrentes de bens e serviços já recebidos ou prestados à ETICE e cujos respectivos custos foram reconhecidos contabilmente pelo regime de competência, mas que, na data-base das demonstrações financeiras, ainda não haviam sido faturados pelos fornecedores mediante a emissão dos correspondentes documentos fiscais.

O reconhecimento dessas obrigações ocorre no período em que os bens ou serviços são efetivamente recebidos ou consumidos pela ETICE, independentemente da emissão da respectiva nota fiscal ou do pagamento, em observância ao regime de competência e aos critérios de reconhecimento estabelecidos pelo CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro.

Os valores registrados são mensurados, predominantemente, com base nas condições estabelecidas nos respectivos instrumentos contratuais, nas medições dos serviços executados e nas demais informações disponíveis na data de encerramento das demonstrações financeiras.

Após o cumprimento das condições necessárias ao faturamento e a emissão dos respectivos documentos fiscais pelos fornecedores, os valores são baixados da rubrica “Fornecedores a Faturar” e reconhecidos na correspondente conta de “Fornecedores”, seguindo, posteriormente, o fluxo regular de liquidação e pagamento da ETICE.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de Fornecedores a Faturar totalizava R\$ 69.292.665,34, comparativamente a R\$ 104.231.007,37 em 31 de dezembro de 2025, representando redução de R\$ 34.938.342,03, equivalente a 33,52%.

A redução observada decorre, principalmente, da regularização, ao longo do primeiro semestre de 2026, de obrigações que permaneciam pendentes de faturamento no encerramento do exercício de 2025. À medida que foram cumpridas as condições necessárias ao faturamento, os respectivos documentos fiscais foram emitidos, possibilitando a baixa dos valores anteriormente registrados em “Fornecedores a Faturar”, sua transferência para a conta de “Fornecedores” e, subsequentemente, sua liquidação financeira e pagamento. Esse movimento foi parcialmente compensado pelo reconhecimento de novas obrigações relativas a bens e serviços recebidos ou prestados no primeiro semestre de 2026 que permaneciam pendentes de faturamento em 30 de junho de 2026.

A composição do saldo por fornecedor encontra-se demonstrada no quadro a seguir.

FORNECEDORES A FATURAR	30/06/2026	31/12/2025
Valid Soluções S A	22.490.454,67	32.310.119,17
Ipq Tecnologia Ltda	13.489.036,80	25.284.087,45
Golden Tecnologia Ltda	9.152.628,50	13.342.820,32
Claro S.A.	4.725.889,26	2.808.904,86
Ntsec Soluções Em Teleinformática Ltda	4.693.432,28	4.371.660,40
Teltronic Brasil Ltda	3.705.781,26	4.070.703,90
Has Engenharia Ltda (Consortio Master Conectado)	2.548.404,96	4.216.817,02
Portfolio Consultoria Empresarial Ltda	1.684.898,05	2.067.899,10
Tarea Gerenciamento Ltda	1.522.275,95	1.479.404,07
Seatic Soluções Especializadas em Aut. em TIC Ltda	1.130.628,37	940.788,11
Colmeia Soluções Em Tecnologia Ltda	978.483,55	3.958.338,83
Elogroup Desenvolvimento E Consultoria Ltda	820.408,34	1.500.109,55
Demais Fornecedores (saldos individuais inferiores a R\$ 188 mil)	741.942,74	1.848.981,60
Multintegrada Ltda	487.382,90	487.713,30
N.C. Serviços Ltda	344.738,87	1.547.273,19
Ppn Tecnologia E Informática Ltda	302.032,62	3.693.215,08
Schneider Electric Brasil Ltda	276.209,56	302.171,42
Sls Terceirização De Serviços Ltda	198.036,66	-
TOTAL	69.292.665,34	104.231.007,37

NOTA 18 — OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

A rubrica “Obrigações Tributárias” compreende os tributos e contribuições devidos pela ETICE em decorrência de suas operações, bem como os valores retidos de terceiros que, na data-base das demonstrações financeiras, encontravam-se pendentes de recolhimento aos respectivos entes tributantes.

As obrigações próprias da ETICE incluem, entre outros, IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, ISS, ICMS, FUST e FUNTTEL, reconhecidos de acordo com a ocorrência dos respectivos fatos geradores e apurados em conformidade com a legislação tributária e regulatória aplicável.

A rubrica contempla, ainda, tributos e contribuições retidos pela ETICE por ocasião dos pagamentos ou demais eventos previstos na legislação aplicável, incluindo IRRF, CSRF, INSS e ISS, cujos valores constituem obrigações da Empresa perante os respectivos entes arrecadadores até o seu efetivo recolhimento.

As obrigações tributárias são reconhecidas pelo regime de competência, quando aplicável, e mensuradas pelos valores devidos às autoridades fiscais e demais entes arrecadadores, considerando a legislação vigente e as informações disponíveis na data das demonstrações financeiras.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de Obrigações Tributárias totalizava R\$ 6.315.617,70, comparativamente a R\$ 9.477.354,98 em 31 de dezembro de 2025, representando redução de R\$ 3.161.737,28, equivalente a 33,36%.

A Administração acompanha regularmente a apuração e a liquidação dessas obrigações, de forma a assegurar a adequada observância da legislação tributária aplicável.

A composição das obrigações tributárias encontra-se demonstrada no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
COFINS a Recolher	1.624.747,02	5.798.393,28
CSRF 5952 a Recolher	1.484.064,84	907.907,03
CSLL a Recolher	842.580,29	422.355,65
INSS Retido PJ a Recolher	770.287,80	511.297,06

IRRF PJ 1708 a Recolher	484.340,71	128.620,32
PIS A Recolher	353.169,10	1.257.750,34
ISS Retido a Recolher	350.605,74	149.205,08
IRPJ a Recolher	192.331,21	-
FUNTEL	103.514,12	100.920,18
ISS a Recolher	65.221,67	127.513,74
FUST	34.087,41	28.899,54
ICMS a Recolher	10.667,79	44.492,76
TOTAL	6.315.617,70	9.477.354,98

NOTA 19 – OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

A rubrica “Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias” compreende obrigações decorrentes da folha de pagamento e da relação da ETICE com seus empregados, incluindo salários a pagar, encargos sociais e previdenciários, bem como valores descontados dos empregados e pendentes de recolhimento ou repasse aos respectivos beneficiários e entidades.

As obrigações relacionadas à folha de pagamento e aos encargos correspondentes são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pelos empregados, independentemente da data de seu efetivo pagamento ou recolhimento, em observância ao regime de competência e, quando aplicável, aos critérios estabelecidos pelo CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

A rubrica contempla, ainda, valores retidos ou descontados pela ETICE por força de disposições legais, contratuais ou autorizações dos empregados, tais como IRRF, pensão alimentícia, empréstimos consignados e contribuições destinadas a entidades, os quais permanecem registrados no passivo até seu efetivo recolhimento ou repasse.

Em 30 de junho de 2026, o saldo de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias totalizava R\$ 2.358.636,37, comparativamente a R\$ 3.064.370,86 em 31 de dezembro de 2025, representando redução de R\$ 705.734,49, equivalente a 23,03%.

Os saldos são classificados no passivo circulante de acordo com sua expectativa de liquidação no ciclo operacional da Empresa, observados os critérios de apresentação estabelecidos pelo CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
INSS a Recolher	1.066.645,26	949.960,90
IRRF S/ Assalariados 0561 A Recolher	707.662,53	1.211.087,83
FGTS a Pagar	373.071,47	337.759,43
Empréstimo Bradesco	133.535,13	118.799,32
Assetice	33.830,63	42.062,88
Empréstimo CEF	18.047,36	17.420,83
Pensão Alimentícia a Pagar	10.903,22	21.806,44
Empréstimo BB	8.439,29	4.986,56
Contribuição Sindical a Recolher	2.626,60	2.589,14
Empréstimo Konect	2.122,14	1.413,18
Empréstimo Somapay	623,66	600,73
Empréstimo Santander	508,00	215,53
Empréstimo Capital Consig	282,60	282,66
Fassesc	272,48	272,48
Iprede	66,00	66,00
Salários a Pagar	-	355.046,95
TOTAL	2.358.636,37	3.064.370,86

NOTA 20 – PROVISÕES TRABALHISTAS

A ETICE reconhece as obrigações relativas a férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos sociais à medida que os empregados prestam os serviços que lhes conferem o direito a esses benefícios.

As obrigações relativas a férias e décimo terceiro salário são classificadas como benefícios de curto prazo a empregados e reconhecidas e mensuradas de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, pelos valores esperados a serem pagos em decorrência dos direitos acumulados pelos empregados até a data-base das demonstrações financeiras.

As obrigações relativas às férias são apropriadas proporcionalmente aos respectivos períodos aquisitivos e compreendem a remuneração correspondente, o adicional constitucional de um terço e os encargos sociais aplicáveis. As obrigações relativas ao décimo terceiro salário são reconhecidas proporcionalmente ao período de serviço prestado pelos empregados durante o exercício, acrescidas dos respectivos encargos.

Em 30 de junho de 2026, o saldo das provisões trabalhistas totalizava R\$ 2.587.161,41, comparativamente a R\$ 202.269,25 em 31 de dezembro de 2025, representando aumento de R\$ 2.384.892,16, equivalente a 1.179,05%.

A variação observada no período decorre, principalmente, do aprimoramento dos procedimentos de levantamento, apuração e reconhecimento das obrigações trabalhistas, realizado com o objetivo de assegurar que os saldos contabilizados reflitam adequadamente os direitos acumulados pelos empregados e os respectivos encargos existentes na data-base das demonstrações financeiras. Como resultado desse trabalho, foram reconhecidos e/ou adequados valores relativos às provisões de férias, décimo terceiro salário e respectivos encargos sociais.

Dessa forma, a elevação do saldo entre as datas comparativas não decorre exclusivamente de aumento das despesas ou das obrigações geradas no primeiro semestre de 2026, sendo também influenciada pela adequação dos valores provisionados às obrigações efetivamente existentes na data-base.

Os valores encontram-se classificados no passivo circulante, considerando sua expectativa de liquidação no curto prazo. A composição das provisões trabalhistas encontra-se demonstrada no quadro a seguir.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	31/12/2025
Prov. de Férias a Recolher	1.494.530,70	129.054,66
Prov. INSS de Férias a Recolher	537.586,15	39.758,77
Prov. INSS de 13º Salário a Recolher	383.968,86	-
Prov. FGTS de Férias a Recolher	141.477,32	33.455,82
Prov. FGTS de 13º Salário a Recolher	4.618,17	-
Prov. de 13º Salário a Recolher	24.980,21	-
TOTAL	2.587.161,41	202.269,25

NOTA 21 – VALORES RECEBIDOS ANTECIPADAMENTE (ADIANTAMENTO DE CLIENTES)

Em 30 de junho de 2026, a Empresa apresentava saldo de R\$ 1.146.020,39, registrado contabilmente na rubrica “Adiantamento de Clientes”, referente a valores repassados antecipadamente pela Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará – SEFAZ.

No fluxo regular de arrecadação das receitas da ETICE, os pagamentos realizados pelos clientes mediante Documento de Arrecadação Estadual – DAE são arrecadados pela SEFAZ e posteriormente repassados à Empresa.

Excepcionalmente, a SEFAZ efetuou repasse à ETICE antes da correspondente arrecadação dos valores devidos pelos clientes. À medida que os respectivos pagamentos foram posteriormente realizados por meio de DAE, os valores arrecadados foram compensados com o montante anteriormente antecipado, deixando de ser novamente repassados à ETICE.

Em 30 de junho de 2026, essa compensação ainda não havia sido integralmente concluída, razão pela qual permanecia registrado o saldo de R\$ 1.146.020,39. A regularização integral ocorreu em julho de 2026, mediante a conclusão das compensações correspondentes.

NOTA 22 — PASSIVOS CONTINGENTES

A ETICE é parte em processos judiciais de naturezas cível e trabalhista, os quais se encontram em tramitação em diversas instâncias. As provisões para contingências são reconhecidas quando há obrigação presente, legal ou não formalizada, resultante de eventos passados, cuja saída de recursos seja considerada provável e cujo valor possa ser estimado com razoável segurança, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A mensuração das provisões é realizada com base na melhor estimativa da Administração quanto ao valor necessário para liquidar as respectivas obrigações na data das demonstrações financeiras, considerando as avaliações e informações fornecidas pela Superintendência Jurídica e as circunstâncias específicas de cada processo.

As contingências classificadas como de perda possível não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas em notas explicativas quando aplicável, enquanto aquelas classificadas como de perda remota não requerem provisão ou divulgação, nos termos do CPC 25.

Em 30 de junho de 2026, as ações classificadas como de perda provável e objeto de provisionamento totalizavam R\$ 14.479.653,33, conforme demonstrado a seguir:

PROCESSO	VALOR DA AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0001016-22.2021.5.07.0005	5.543.454,01	Trabalhista	Perda Provável
0001292-82.2023.5.07.0005	2.809.381,69	Trabalhista	Perda Provável
0000584-71.2024.5.07.0013	129.858,18	Trabalhista	Perda Provável
0000318-74.2025.5.07.0005	5.217.989,92	Trabalhista	Perda Provável
0000207-56.2026.5.07.0005	622.241,99	Trabalhista	Perda Provável
0005900-5.1998.5.07.0001	16.788,69	Trabalhista	Perda Provável
0001812-7.2025.5.07.0013	24.235,55	Trabalhista	Perda Provável
0080037-7.2018.5.07.0000	20.664,82	Trabalhista	Perda Provável
0148323-72.2018.8.06.0001	92.508,17	Cível	Perda Provável
0273623-05.2022.8.06.0001	1.196,85	Cível	Perda Provável
0241908-76.2021.8.06.0001	1.333,46	Cível	Perda Provável
TOTAL	14.479.653,33		

O saldo provisionado apresentou aumento significativo em relação à posição anteriormente apurada, de R\$ 2.152.745,92 para R\$ 14.479.653,33. Essa variação decorre substancialmente da revisão da metodologia de mensuração e da atualização dos valores dos processos judiciais já existentes, realizada pela Superintendência Jurídica – SPJUR, com o objetivo de refletir, na data-base de 30 de junho de 2026, a melhor estimativa das obrigações relacionadas às ações classificadas como de perda provável.

Assim, o aumento do saldo provisionado não decorre, em sua essência, do ingresso de novos processos judiciais no período, mas principalmente da atualização dos valores das obrigações já existentes, especialmente das ações trabalhistas decorrentes do Processo nº 0039500-29.2009.5.07.0005 (Ação Civil Pública). O reconhecimento dessa atualização produziu efeito relevante nas despesas do período e, conseqüentemente, no resultado da Empresa.

As ações trabalhistas de maior materialidade apresentadas no quadro acima são desdobramentos da referida Ação Civil Pública, que trata da alegada ilegalidade do Plano de Demissão Voluntária – PDV instituído pelo Governo do Estado do

Ceará no contexto da extinção do SEPROCE. Na ação, o Ministério Público do Trabalho alegou que empregados que aderiram ao PDV continuaram a prestar serviços à ETICE por meio de terceirização.

Foi proferida decisão condenatória transitada em julgado, com condenação solidária da ETICE, do Estado do Ceará e da empresa Request, encontrando-se os respectivos desdobramentos em fase de liquidação e execução.

Posteriormente, o Estado do Ceará ajuizou ação rescisória com o objetivo de desconstituir a decisão proferida na Ação Civil Pública. Não obstante a existência da referida medida judicial, considerando a avaliação realizada pela SPJUR na data-base de 30 de junho de 2026, as obrigações relacionadas aos processos permanecem classificadas como de perda provável e, consequentemente, provisionadas nas demonstrações financeiras.

Caso a ação rescisória não prospere, os pagamentos decorrentes da condenação observarão o tratamento jurídico aplicável, inclusive quanto ao regime de precatórios, conforme avaliação da Superintendência Jurídica e legislação pertinente.

Importar destacar que a ETICE possui, ainda, outros processos judiciais classificados como de perda possível, os quais não foram objeto de provisionamento contábil, em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tais processos encontram-se agrupados a seguir, segundo a natureza das ações, para fins de acompanhamento e transparência.

PROCESSO	VALOR DA AÇÃO	TIPO DA AÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
0001231-27.2023.5.07.0005	1.797.206,07	Trabalhista	Perda Possível
0002018-94.2025.5.07.0002	439.137,71	Trabalhista	Perda Possível
0001760-75.2025.5.07.0005	331.389,29	Trabalhista	Perda Possível
0000913-39.2026.5.07.0005	127.773,84	Trabalhista	Perda Possível
0000109-80.2026.5.07.0002	63.229,48	Trabalhista	Perda Possível
3079948-21.2025.8.06.0001	35.247.500,22	Cível	Perda Possível
0810368-32.2025.4.05.8100	2.730.974,17	Cível	Perda Possível
0050522-28.2025.4.05.8100	2.598.016,78	Cível	Perda Possível
0810366-62.2025.4.05.8100	210.911,60	Cível	Perda Possível
3044455-17.2024.8.06.0001	10.814,83	Cível	Perda Possível
0200408-67.2024.8.06.0181	8.827,70	Cível	Perda Possível
0053453-14.2021.8.06.0071	6.147,81	Cível	Perda Possível
0239671-06.2020.8.06.0001	1.435,32	Cível	Perda Possível
3106805-07.2025.8.06.0001	1.037,12	Cível	Perda Possível
TOTAL	43.574.401,94		

NOTA 23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido da ETICE totalizou R\$ 89.749.463,76 em 30 de junho de 2026, refletindo, principalmente, a incorporação do resultado apurado no período.

No primeiro semestre de 2026, a Empresa apurou lucro líquido de R\$ 10.223.453,10, conforme evidenciado na Demonstração do Resultado do Exercício – DRE. No período, ocorreram ainda movimentações entre as contas do Patrimônio Líquido, incluindo a constituição de Reserva Legal e a transferência de resultados para Reservas de Lucros, sem efeito sobre o montante total do Patrimônio Líquido.

Todas as movimentações ocorridas no período e seus respectivos efeitos sobre a composição do Patrimônio Líquido encontram-se evidenciados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL.

NOTA 24 – RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida é composta pelas receitas oriundas da prestação de serviços e das transferências do Estado do Ceará, deduzidas dos tributos incidentes, cancelamentos e abatimentos, sendo as receitas de serviços reconhecidas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis e à medida que satisfeitas as respectivas obrigações de desempenho.

Ao final do primeiro semestre de 2026, a receita líquida da ETICE totalizou R\$ 231.704.266,82, comparativamente a R\$ 254.695.976,96 no mesmo período de 2025, representando redução de R\$ 22.991.710,14, equivalente a 9,03%.

A variação observada decorre da combinação de dois fatores principais: a redução das transferências recebidas do Estado do Ceará e o aumento das deduções incidentes sobre a receita.

As transferências do Estado reduziram-se de R\$ 27.674.005,03, no primeiro semestre de 2025, para R\$ 16.563.110,29, no mesmo período de 2026, redução de aproximadamente 40,15%. Essa variação está relacionada, principalmente, à mudança na forma de financiamento das despesas com pessoal, uma vez que, a partir de janeiro de 2026, a ETICE passou a custear com recursos próprios a folha dos empregados lotados em sua sede, reduzindo, consequentemente, a participação dos recursos provenientes do Tesouro Estadual no financiamento dessas despesas.

Em sentido oposto, as receitas decorrentes da prestação de serviços apresentaram crescimento no período, passando de R\$ 236.056.302,68 no primeiro semestre de 2025 para R\$ 239.075.537,21 em 2026, acréscimo de aproximadamente R\$ 3,02 milhões, ou 1,28%. Esse comportamento evidencia a manutenção da capacidade de geração de receitas próprias da Empresa, apesar da redução das transferências estaduais.

Adicionalmente, as deduções da receita passaram de R\$ 9.034.330,75 em 2025 para R\$ 23.934.380,68 em 2026, influenciando significativamente a redução da receita líquida no período. A diferença decorre, entre outros fatores, do tratamento dos créditos de PIS e COFINS não cumulativos, que, no primeiro semestre de 2025, reduziram as deduções da receita em aproximadamente R\$ 11,28 milhões, efeito que não se verifica na posição apresentada para o primeiro semestre de 2026.

Dessa forma, a redução da receita líquida no primeiro semestre de 2026 não decorreu de retração da receita de prestação de serviços, que apresentou crescimento em relação ao mesmo período do exercício anterior, mas, principalmente, da redução das transferências do Estado e do aumento das deduções incidentes sobre a receita.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
VENDAS DE SERVIÇOS	239.075.537,21	236.056.302,68
Receita de Serviços de Conectividade	20.259.893,26	21.619.384,88
Receita de Serviços de Nuvem	158.989.757,44	149.950.851,97
Receita de Serviços de Videomonitoramento	28.725.381,36	35.733.981,27
Receita de Serviços de VoIP	4.131.726,81	1.953.444,86
Receita de Serviços de Radiocomunicação	26.968.778,34	26.798.639,70
TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO CEARÁ	16.563.110,29	27.674.005,03
(-) IMPOSTOS S/ VENDAS	-23.934.380,68	-9.034.330,75
ICMS S/ Vendas	-279.794,00	-375.535,15
COFINS S/ Vendas	-15.273.082,42	-12.248.240,67
PIS S/ Vendas	-3.313.785,75	-2.658.457,54
ISS S/ Faturamento	-4.778.544,17	-4.725.668,50
FUST	-192.782,89	-203.641,11
FUNTEL	-96.391,45	-101.835,54
(+) Crédito PIS Não Cumulativo	-	2.011.941,16
(+) Crédito Confins Não Cumulativo	-	9.267.106,60
TOTAL	231.704.266,82	254.695.976,96

NOTA 25 – CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 182.171.419,78 no primeiro semestre de 2026, comparativamente a R\$ 201.337.116,14 no mesmo período de 2025, representando redução de R\$ 19.165.696,36, equivalente a 9,52%.

Os custos são compostos, majoritariamente, pelos gastos diretamente relacionados à execução dos serviços prestados pela ETICE, incluindo custos com fornecedores, pessoal e encargos, infraestrutura, depreciação e amortização, além de outros insumos necessários à execução dos contratos.

No primeiro semestre de 2026, os custos diretos com os serviços prestados totalizaram R\$ 193.449.972,82, frente a R\$ 196.937.164,32 no mesmo período de 2025, correspondendo a uma redução de aproximadamente R\$ 3,49 milhões, ou 1,77%. Entre as principais variações por linha de negócio, destaca-se a redução dos custos relacionados aos serviços de videomonitoramento, parcialmente compensada pelo aumento dos custos associados, principalmente, aos serviços de nuvem e VoIP.

Adicionalmente, o período foi impactado pelo reconhecimento de créditos de PIS e COFINS sobre serviços tomados, nos montantes de R\$ 2.818.064,11 e R\$ 12.980.142,34, respectivamente, totalizando R\$ 15.798.206,45, os quais foram reconhecidos como redutores dos custos.

Os gastos com pessoal e encargos apropriados aos custos dos serviços totalizaram R\$ 4.141.285,02 em 2026, comparativamente a R\$ 3.919.549,69 em 2025.

Os custos são reconhecidos contabilmente de acordo com o regime de competência e com as práticas contábeis aplicáveis, de forma a refletir os recursos consumidos na prestação dos serviços no respectivo período.

A Administração acompanha a evolução dos custos por linha de negócio, com vistas à avaliação da eficiência operacional e das margens associadas aos serviços prestados.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
PESSOAL E ENCARGOS	4.141.285,02	3.919.549,69
CUSTO COM PESSOAL	3.537.319,88	3.055.046,14
Salários e Ordenados	1.310.345,67	1.608.285,64
Férias	13.310,30	221.449,61
Auxílio Creche	6.755,22	1.545,58
Gratificação	929.985,26	810.254,55
Vale Transporte	-	699,02
Vale Alimentação	73.289,20	-
Assistência Médica	281.672,78	-
Abono Férias	44.698,79	104.866,00
Vantagem Incorporada	6.725,06	1.301,19
Abono Compensatório	51.273,38	13.658,66
Provisão S/ Férias	221.851,12	-
Provisão INSS S/ Férias	66.168,03	104.391,73
Provisão FGTS S/ Férias	17.748,24	29.147,97
Provisão S/ 13°	199.459,16	159.446,19
Provisão INSS S/13°	53.455,03	-
Provisão FGTS S/13°	15.956,75	-
Cargo Comissionado Por Dec Jud	7.619,76	-
Emprego em Comissão	236.847,20	-
Seguro Diversos	158,93	-
ENCARGOS SOCIAIS	603.965,14	864.503,55
INSS Patronal	413.673,27	665.999,23
FGTS	190.291,87	198.504,32
MATERIAIS E SERVIÇOS	177.815.996,35	196.937.164,32
CUSTO COM SERVICOS PRESTADOS	193.449.972,82	196.937.164,32
Custo de Serviços de Conectividade	13.343.258,88	13.059.890,26
Custo de Serviços de VoIP	2.962.276,15	1.376.116,69

Custo de Serviços de Nuvem	131.547.400,30	129.280.127,53
Custo de Serviços de Videomonitoramento	23.711.350,80	31.461.568,20
Custo de Serviços de Radiocomunicação	21.223.591,98	21.281.885,64
Custo de Serviços Ceará Conectado	662.094,71	477.576,00
CUSTOS INDIRETOS OPERACIONAIS	- 15.633.976,47	-
Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	908,00	-
Custas Judiciais	800,00	-
Combustíveis	41.355,31	-
Aluguel de Veículos	78.331,84	-
Despesas Com Transportes – Táxi	1.009,24	-
Consultoria Técnica	41.666,66	-
Seguros Diversos	158,93	-
(-) Crédito de PIS S/ Serviços Tomados	- 2.818.064,11	-
(-) Crédito de COFINS S/ Serviços Tomados	- 12.980.142,34	-
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO TÉCNICA	214.138,41	552.214,91
Depreciações e Amortizações	214.138,41	552.214,91
IMPOSTOS S/ CUSTOS INDIRETOS	-	- 71.812,78
ICMS S/ Entradas	-	- 71.812,78
TOTAL	182.171.419,78	201.337.116,14

NOTA 26 – DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais totalizaram R\$ 42.947.527,84 no primeiro semestre de 2026, comparativamente a R\$ 25.827.113,63 no mesmo período de 2025, representando aumento de R\$ 17.120.414,21, equivalente a 66,29%.

A variação observada decorre, principalmente, do aumento das despesas com pessoal e encargos e do reconhecimento e atualização das provisões para contingências judiciais, sendo este último o fator de maior impacto sobre o crescimento das despesas operacionais no período.

As despesas com pessoal e encargos passaram de R\$ 23.257.174,82 no primeiro semestre de 2025 para R\$ 27.593.669,74 no mesmo período de 2026, representando aumento de aproximadamente R\$ 4,34 milhões, ou 18,64%. O principal impacto observado no crescimento das despesas operacionais no primeiro semestre de 2026 decorreu do reconhecimento das provisões de férias, 13º salário e respectivos encargos sociais. As referidas provisões foram constituídas com base na folha salarial vigente no período, considerando a evolução da remuneração dos colaboradores e os encargos incidentes, refletindo de forma adequada as obrigações trabalhistas incorridas até a data de encerramento das demonstrações contábeis.

A partir de 2026, em decorrência da nova estrutura organizacional da ETICE, as despesas com pessoal e encargos vinculadas à área comercial passaram a ser apresentadas de forma segregada. No período comparativo de 2025, tais gastos integravam as despesas gerais de pessoal. Dessa forma, a ausência de valores individualizados para a área comercial em 2025 decorre de alteração na forma de classificação e apresentação das despesas, não representando, isoladamente, incremento de gastos no período.

O principal impacto sobre o crescimento das despesas operacionais no primeiro semestre de 2026 decorreu das provisões relacionadas às contingências judiciais. A variação está associada, substancialmente, à revisão da metodologia de mensuração e à atualização dos valores dos processos judiciais já existentes, especialmente daqueles relacionados à Ação Civil Pública nº 0039500-29.2009.5.07.0005, conforme detalhado na Nota 22.

O aumento das provisões para contingências não decorre, em sua essência, do ingresso de novos processos judiciais no período, mas principalmente da atualização das estimativas das obrigações relacionadas aos processos já existentes, de acordo com a metodologia adotada pela Superintendência Jurídica – SPJUR para a posição de 30 de junho de 2026. O reconhecimento dessa atualização produziu efeito relevante sobre as despesas operacionais e, consequentemente, sobre o resultado da Empresa no período.

Adicionalmente, foram efetuados ajustes e adequações nos valores registrados nas rubricas **Vantagem Incorporada, Salários e Ordenados e Vantagens Incorporadas Nominalmente**, com o objetivo de promover a correta classificação e mensuração dos valores, bem como assegurar maior consistência entre os registros contábeis e as informações que lhes dão suporte

As despesas e receitas operacionais são reconhecidas no resultado de acordo com o regime de competência e com as práticas contábeis aplicáveis.

DESCRIÇÃO	30/06/2026	30/06/2025
DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS	27.593.669,74	23.257.174,82
DESPESAS COM PESSOAL	21.021.453,05	17.884.316,50
Salários e Ordenados	9.006.140,36	9.506.096,44
Férias	408.257,68	684.961,48
13º Salário	11.388,81	298.732,53
Premios e Gratificações	5.286.634,00	5.049.227,72
Auxílio Creche	8.256,38	9.713,12
Vale Transporte	1.831,95	4.482,74
Rescisão	45.104,94	1.235,07
Vale Alimentação	463.294,76	532.290,00
Bolsa Estágio	11.594,75	15.976,96
Ajuda de Custo Viagem	43.653,43	83.032,27
(-) Recuperação Despesas	-579.469,63	-487.151,49
Assistência Médica	1.982.272,44	1.936.524,56
Vantagens Incorporadas	3.215,85	8.106,17
Abono Férias	189.395,86	154.440,84
Abono Compensatório	86.847,69	85.089,47
Pessoal Cedido	305.971,04	-
Auxílio Funeral	-	1.558,62
Provisão S/ Férias	1.212.635,02	-
Provisão INSS S/ Férias	444.977,81	-
Provisão FGTS S/ Férias	95.794,05	-
Provisão S/ 13º	1.175.250,56	-
Provisão INSS S/13º	314.967,16	-
Provisão FGTS S/13º	94.020,04	-
Emprego em Comissão	409.418,13	-
ENCARGOS SOCIAIS	5.489.636,39	5.372.858,32
INSS Patronal	4.272.426,83	4.138.964,42
FGTS	1.217.209,56	1.233.893,90
DESPESA COM PESSOAL - COMERCIAL	910.428,58	-
Salários e Ordenados	494.335,45	-
Premios e Gratificações	35.902,09	-
Assistência Médica	46.445,94	-
Provisão S/ Férias	38.025,60	-
Provisão INSS S/ Férias	16.651,54	-
Provisão FGTS S/ Férias	3.042,07	-
Provisão S/ 13º	58.009,97	-
Provisão INSS S/13º	15.546,67	-
Provisão FGTS S/13º	4.640,81	-
Vale Alimentação	25.647,63	-
Abono Compensatório	1.575,00	-
Vale Transporte	1.133,95	-
Emprego em Comissão	169.471,86	-
ENCARGOS SOCIAIS - COMERCIAL	172.151,72	-
INSS Patronal	120.380,64	-
FGTS	51.771,08	-

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2.581.763,61	2.017.414,18
COMPRA DE MATERIAIS OPERACIONAIS	85.236,59	42.759,17
Compra de Mat de Uso e Consumo	88.563,98	44.383,16
(-) Devolução de Mat de Uso e Consumo	-3.327,39	-1.623,99
DESPESAS GERAIS	635.912,50	591.310,52
Energia Eletrica	269.188,57	311.329,51
Água e Esgoto	980,15	875,86
Telefone e Internet	28.865,27	29.821,07
Mensalidade e Anuidades de Associações, Conselhos	25.000,00	10.000,00
Combustíveis ou Lubrificantes	50.943,97	-
Taxas e Despesas Judiciais	152,28	22.290,12
Correios e Telégrafos	396,92	19,05
Seguros Diversos	6.893,36	5.953,50
Dedetização e Controle de Pragas	580,00	580,00
Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	10.188,00	6.880,00
Aluguéis de Veículos/ Transporte	118.978,49	-
Taxas, Emolumentos e Xerox	6.763,72	2.124,64
Doe - Publicações - Casa Civil	142.159,92	201.535,75
(-) Outras Recuperações de Despesas	-25.178,15	-98,98
SERVICOS DE TERCEIROS	1.811.311,83	1.383.344,49
Assessoria Contábil	63.163,35	53.980,81
Assessoria Jurídica	26.244,00	-
Serviços Gráficos	10.302,47	72,00
Manutenção e Conservação de Bens e Equipamentos	24.455,00	30.106,34
Serviços Limpeza e Conservação	8.949,00	5.308,00
Serviços de Instrutores de Cursos	4.170,00	350,00
Auditoria	18.400,00	18.400,00
Serviços de Segurança e Monitoramento	307.211,03	91.266,66
Transp. de Resíduo Sólidos / Incineração	10.136,58	7.875,00
Outros Serviços	125.472,13	10.906,15
Locação de Mão de Obra	1.154.963,31	1.125.723,79
Serviços de Assessoria e Consultoria	-	250,00
Frete e Carretos	-	400,00
Eventos	6.415,00	14.240,00
Despesas com Transportes - Táxi	8.397,83	5.648,02
Passagens Aéreas	43.032,13	18.817,72
DESPESAS GERAIS - COMERCIAL	49.302,69	-
Aluguéis de Veículos/ Transportes	18.864,00	-
Combustíveis	29.507,39	-
Aluguéis de Máquinas e Equipamentos	454,00	-
Despesas Com Transporte - Taxi	373,65	-
Seguro Diversos	103,65	-
DEPRECIACAO ADIMINISTRATIVA	473.632,46	521.506,50
Depreciações e Amortizações	198.371,16	521.506,50
Amortização do Direito de Uso	275.261,30	-
DESPESAS TIBUTÁRIAS	971,05	-
ICMS Difal	25,79	-
Impostos e taxas diversas	945,26	-
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	12.644.188,58	41.058,13
Provisões Para Contingência	12.344.157,41	-
Outras Despesas	300.031,17	41.058,13
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	-346.697,60	-10.040,00
Outras Receitas	-71.436,30	-10.040,00
Subvenção Governamental Cessão de Uso	-275.261,30	-
TOTAL	42.947.527,84	25.827.113,63

NOTA 27 — RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro apresentou saldo positivo de R\$ 6.421.868,98 no primeiro semestre de 2026, comparativamente a R\$ 2.954.727,97 no mesmo período de 2025, representando aumento de R\$ 3.467.141,01, equivalente a 117,34%.

A variação decorreu, principalmente, do crescimento dos rendimentos de aplicações financeiras, que passaram de R\$ 2.399.368,48 no primeiro semestre de 2025 para R\$ 5.679.349,75 no mesmo período de 2026, representando acréscimo de aproximadamente R\$ 3,28 milhões, ou 136,70%.

O aumento dos rendimentos foi favorecido, entre outros fatores, pelo aprimoramento da gestão das disponibilidades financeiras da ETICE, com a adoção de rotina de pagamentos predominantemente semanal. Essa sistemática possibilitou a permanência dos recursos em aplicações financeiras até as datas programadas para os desembolsos, ampliando o período de aplicação das disponibilidades, sem prejuízo do cumprimento das obrigações em seus respectivos vencimentos. Permanecem observados os prazos específicos aplicáveis às despesas que, por sua natureza, exigem pagamentos em datas determinadas, a exemplo de pessoal e tributos.

Contribuiu também para o resultado financeiro a atualização pela SELIC, que totalizou R\$ 741.856,70 em 2026, comparativamente a R\$ 577.830,32 no mesmo período de 2025. As despesas financeiras, por sua vez, totalizaram R\$ 258,00 em 2026, frente a R\$ 24.634,19 em 2025.

RECEITAS FINANCEIRAS	30/06/2026	30/06/2025
DESCONTOS OBTIDOS OU AUFERIDOS	-	2.163,36
Descontos Obtidos	-	2.163,36
RENDIMENTO DE APLICACAO FINANCEIRA	5.679.349,75	2.399.368,48
Rendimento de Aplicação Financeira	5.679.349,75	2.399.368,48
VARIACOES MONETARIAS ATIVAS	742.777,23	577.830,32
Variações Monetárias Ativas	920,53	-
Atualização Selic	741.856,70	577.830,32
TOTAL	6.422.126,98	2.979.362,16
DESPESAS FINANCEIRAS	30/06/2026	30/06/2025
Tarifas Bancárias	258,00	-
IOF	-	24.634,19
TOTAL	258,00	24.634,19

NOTA 28 — RESULTADO DO PERÍODO

No primeiro semestre de 2026, a ETICE apurou lucro líquido de R\$ 10.223.453,10, comparativamente a R\$ 27.521.665,26 no mesmo período de 2025. Considerando especificamente o segundo trimestre, foi apurado resultado negativo de R\$ 350.037,08, frente ao lucro de R\$ 16.687.312,87 registrado no segundo trimestre de 2025.

A redução do resultado decorreu, principalmente, da diminuição das transferências do Estado do Ceará, da assunção, a partir de 2026, do custeio com recursos próprios da folha de pagamento e dos encargos sociais dos empregados lotados na sede, bem como do aumento das despesas operacionais, especialmente em razão da revisão da metodologia de mensuração e da atualização das provisões relacionadas às contingências judiciais já existentes.

Em sentido favorável, as receitas de serviços apresentaram crescimento no acumulado do semestre, os custos dos serviços prestados foram inferiores aos registrados no mesmo período de 2025 e o resultado financeiro apresentou evolução positiva, contribuindo para que a ETICE mantivesse resultado líquido positivo de R\$ 10,22 milhões no acumulado do primeiro semestre de 2026.

Fortaleza/CE, 30 de junho de 2026.

HUGO SANTANA DE
FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870

Assinado de forma digital por
HUGO SANTANA DE FIGUEIREDO
JUNIOR:07417920870
Dados: 2026.09.21 15:53:21 -03'00'

Hugo Santana de Figueirêdo Junior

CPF: 074.179.208-70

Presidente

KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366

Assinado de forma digital por
KARINNY CUSTODIO DE
MELO:01457183366
Dados: 2026.09.21 15:16:19 -03'00'

Karinny Custódio de Melo

CPF: 014.571.833-66

Diretora de Gestão e Finanças

RIVEA CRISTINA DA
SILVA
FREITAS:01914890345

Assinado de forma digital por RIVEA
CRISTINA DA SILVA
FREITAS:01914890345
Dados: 2026.09.21 14:02:46 -03'00'

Rívea Cristina da Silva Freitas

CRC/CE: 026274/O-4

Contadora

EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304

Assinado de forma digital por
EDESIO CARDOSO
FILHO:16850041304
Dados: 2026.09.21 14:25:11 -03'00'

Edésio Cardoso Filho

CPF 168.500.413-04

Gerente de Contabilidade